

Cidades.

Mais escolas no carnaval

A Liga Espírito-Santense das Escolas de Samba (Lieses) deve subir de quatro para seis o total de escolas no Grupo de Acesso do Carnaval de Vitória 2014. *Página 9*

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

O POVO NAS RUAS

TERCEIRA PONTE PEDÁGIO A R\$ 0,80

Tarifa passa a vigorar hoje e vai valer pelo menos até outubro

CLÁUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

O dia começou com uma redução de 57,89% no pedágio dos veículos de passeio que circulam pela Terceira Ponte, ligação entre Vitória e Vila Velha. Por ordem da Justiça, a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado (Arsi) recalculou a tarifa, que à meia-noite baixou de R\$ 1,90 para R\$ 0,80. Para motocicletas, o percentual de queda é o mesmo – o valor passou de R\$ 0,95 para R\$ 0,40.

A tarifa foi reduzida para custear apenas a manutenção da ponte, por um período de três meses, que se encerrará em outubro. A medida é consequência de uma liminar concedida pela juíza da Segunda Vara da Fazenda Pública Estadual, Heloisa Cariello, numa ação contra o contrato de concessão do Sistema Rodovia do Sol movida pelo Ministério Público Estadual desde 1998 – ano em que o contrato foi assinado, no governo Vitor Buaiz.

DEDUÇÃO

Presidente da Arsi, Luiz Paulo Figueiredo explica que, para calcular a nova tarifa, foi retirado todo o custeio dos investimentos no Sistema Rodovia do Sol, cujo contrato inclui subsídio cruzado – o pedágio da ponte é usado para bancar os investimentos nas obras de duplicação da Rodovia do Sol e do Contorno de Guarapari. Esses investimentos, com números de 1998, eram de cerca de R\$ 148 milhões.

FIQUE POR DENTRO

COMO SE CHEGOU AO VALOR PROVISÓRIO DO PEDÁGIO

1

A Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi) fez os cálculos com base na primeira tarifa de pedágio (de 1998):

Resultado:
R\$ 0,94

2

Cumprindo ordem da Justiça, retirou o valor do investimento à época (de **R\$ 148,261 milhões**), mantendo apenas o valor de manutenção.

Resultado:
R\$ 0,43

3

Sobre ela, foram aplicados os reajustes contratuais, ano a ano.

Resultado:
R\$ 1,06

4

Devido a negociações – que retiraram da concessionária a responsabilidade pelas obras do Canal Bigossi e obrigaram-na a conceder gratuidade de pedágio aos ônibus do Transcol –, foi aplicado redutor de **24,24%**

Resultado:
R\$ 0,80

GASTOS X ECONOMIA

Tarifa de **R\$ 1,90**

IDA E VOLTA

Gastos por dia: **R\$ 3,80**

Por mês: **R\$ 114,00**

Tarifa de **R\$ 0,80**

IDA E VOLTA








Gasto por dia: **R\$ 1,60**

Por mês: **R\$ 48,00**

ECONOMIA R\$ 66,00



Nos três meses de redução do valor da tarifa, o usuário vai poupar **R\$ 198,00**

CATEGORIA	VALOR ANTIGO (R\$)	VALOR ATUAL (R\$)
	1,90	0,80
	3,80	1,60
	2,85	1,20
	5,70	2,40
	3,80	1,60
	7,60	3,20
	0,95	0,40

A Arsi aplicou sobre a tarifa de R\$ 0,43 – resultado da retirada dos investimentos – um redutor de 24,24%, fruto de uma negociação entre governo e concessionária, pelo fato de o governo, entre 2003 a 2006, não ter homologado a atualização monetária da tarifa do pedágio da ponte e ter mantido essa redução na tarifa até o prazo final do contrato. Também deixou de considerar os 3% de outorga da concessão, retirada na mesma negociação. (ver informação ao lado).

LUCRATIVIDADE

Figueiredo fez questão de explicar que a diferença de R\$ 1,10 entre o pedágio de R\$ 1,90 e o de R\$ 0,80, que entrou em vigor hoje, não corresponde ao lucro da empresa. Segundo ele, a lucratividade de 16,8% (Taxa Interna de Retorno da Rodosol) só será atingida no término do contrato, em 2023.

“O contrato de concessão tem como base um fluxo de caixa. Há receitas e despesas previstas em 25 anos. No início, as despesas eram maiores, devido a investimentos na duplicação da rodovia, construção de viadutos e do Contorno de Guarapari. Por isso, o fluxo de caixa ficou negativo de 1998 a 2007”, diz Figueiredo.

No cálculo da tarifa, a Arsi aplicou uma fórmula complexa que integra o contrato de concessão, composto por 1,2 mil páginas e, segundo Figueiredo, disponível no site da Arsi (www.arsi.es.gov.br).

O POVO NAS RUAS

AUDITORIA EM CONTRATO COMEÇA EM DEZ DIAS

Tribunal de Contas espera entrega total de documentação

▄ DANIELLA ZANOTTI
dzanotti@redgazeta.com.br

O prazo para conclusão da auditoria do contrato do governo com a Rodosol é de 90 dias, mas o processo ainda não começou. A auditoria, a ser feita pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), terá início após a entrega total da documentação.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) devem enviar, em até dez dias após terem sido notificadas, os documentos necessários. A Assembleia Legislativa também terá que remeter ao TCES, no mesmo prazo, cópia do relatório da CPI do Sistema Rodovia do Sol.

Segundo o presidente, Carlos Ranna, o TCES já recebeu documentos da Agência Reguladora (Arsi), mas ainda será preciso analisar para saber se as informações estão completas. "O Tribunal ainda não tem nem 10% da documentação necessária para dar início à auditoria. APGE ainda vai repassar informações complementares na próxima semana", afirma.

SUGESTÕES

Os auditores também vão receber sugestões que podem ser incluídas na auditoria, vindas de instituições como Ministério Público Estadual e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de usuários da Terceira Ponte. Os conselhos de Engenharia, Economia e Contabilidade também poderão encaminhar questões a serem apreciadas pelos auditores.

Segundo o Tribunal de Contas, os trabalhos seguirão as normas de auditoria governamental, que se baseiam em regras e diretrizes de auditoria da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai). "O Tribunal vai garantir toda a transparência possível e vamos trabalhar para que todos os questionamentos sejam respondidos", afirma Ranna.



De provisório a permanente
Morador de Vila Velha, Hícaro Araújo atravessa a ponte várias vezes por dia e espera que o novo valor seja permanente após a auditoria.

"O novo valor melhora bastante a situação para o bolso, principalmente no meu caso, que atravesso a ponte até quatro vezes por dia"

—
HÍCARO ARAÚJO, 24 anos, fisioterapeuta



Redução não agradou
Para o corretor de vendas Pierre Calmon, que reside em Vila Velha e passa diariamente pela ponte, tarifa poderia ter diminuído mais.

"O mais justo seria cobrar R\$ 0,40 no caso dos automóveis. É um abuso essa tarifa pela quantidade de veículos que passam todos os dias na ponte"

—
PIERRE CALMON, 43 anos, corretor de vendas

Análise vai incluir pedágio em Guarapari

▄ O novo valor do pedágio da Terceira Ponte atendeu à expectativa dos promotores que requereram à Justiça a liminar no processo contra o contrato do governo com a Rodosol.

Segundo Marcelo Le-

mos, essa decisão só se refere à ponte, mas, com a auditoria a ser feita pelo Tribunal de Contas do Estado (TCES), o pedágio da Rodovia do Sol também será avaliado.

Sobre a redução na tari-

fa da ponte, Lemos diz que a expectativa era de um valor não superior a R\$ 0,90. Ele e a também promotora de Justiça Sandra Lengruber explicam que os cálculos feitos pela agência reguladora da concessão serão remetidos ao TCES. Os dois promotores já estão elaborando os quesitos a serem enviados ao TCES para o trabalho de auditoria.

TIRE SUAS DÚVIDAS

▼ Por quanto tempo vai vigorar o novo pedágio? E qual o prazo da auditoria?

A redução no valor da tarifa do pedágio da Terceira Ponte, por ordem da Justiça, vai vigorar por 90 dias, período no qual também será realizada uma auditoria no contrato de concessão firmado em 1998 entre o governo e a concessionária Rodosol.

▼ Que serviços continuam mantidos na ponte?

A Terceira Ponte manterá os atendimentos com ambulância, guincho e demais serviços.

▼ O valor do pedágio em Guarapari sofre alteração?

A ordem judicial não se aplica ao pedágio cobrado na Rodovia do Sol.

▼ É preciso guardar o comprovante de pagamento do pedágio?

Por orientação da Justiça, usuários da ponte devem guardar os

comprovantes de pagamento para um eventual uso numa ação de ressarcimento, caso a auditoria constata irregularidade na cobrança da tarifa. A ação, nesse caso, será específica e individual.

▼ Há alteração para uso da Via Expressa (cobrança automática)?

Quem usa o TAG - dispositivo que permite a proprietários de veículos pagar antecipadamente o pedágio e usar a Via Expressa na ponte - continuará a fazê-lo normalmente. O sistema é de créditos, e o valor debitado por passagem na cabine será o da nova tarifa.

▼ O que acontecerá se a auditoria não constatar irregularidade?

A Justiça prevê prorrogação do contrato para pagamento da diferença. Ou seja: o contrato será ampliado pelo período de 90 dias.

OPINIÃO NAS RUAS



"Ainda acho o valor caro. Claro que melhora a situação do trabalhador que passa todos os dias pela ponte, mas para mim deveria ser gratuito. É um abuso a cobrança por tantos anos"

—
JONATHA MOTA
28 ANOS, MOTOBOY



"O valor ficou razoável. A ponte precisa de manutenção. Mas eu achava exagerado o valor cobrado antes em vista do número de veículos"

—
AMANDHA GOMES
20 ANOS, ESTUDANTE

O POVO NAS RUAS

JUIZ VAI À ASSEMBLEIA NEGOCIAR COM GRUPO

Deputados pediram à Justiça a reintegração de posse da Casa

▄ LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

O pedido de reintegração de posse feito pela Assembleia Legislativa alegando “esgotamento do diálogo” para retirar os manifestantes que ocupam a Casa resultou em mais negociações, mas sem sucesso até as 23h30 de ontem.

O grupo, de cerca de 100 pessoas de acordo com publicação dos próprios manifestantes no Facebook, completou ontem 11 dias no prédio.

A solicitação de ordem judicial foi feita na última quinta-feira. Ontem, o juiz Marcelo Loureiro, que responde pela 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, foi até o prédio do Legislativo para uma audiência de conciliação com os integrantes do movimento. O magistrado chegou por volta das 15h30, sem dar declarações à imprensa.

Loureiro determinou a audiência em decisão assinada às 14h30, permitindo a participação de representantes da sociedade, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos e a Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Espírito Santo (OAB-ES), que compareceram.

Um grupo de cerca de

20 manifestantes participou das conversas.

A primeira-secretária da Mesa Diretora, Solange Lube (PMDB), e o segundo-secretário, Roberto Carlos (PT), também foram ouvidos pelo juiz.

Os deputados José Esmeraldo (PR), Euclério Sampaio (PDT), Claudio Vereza e Lúcia Dornellas (ambos do PT) estiveram na Assembleia durante as negociações.

Os manifestantes apresentaram suas reivindicações, entre elas: garantia da votação do projeto que acaba com o pedágio na Terceira Ponte, corte do ponto dos 15 deputados que recusaram a comparecer a três sessões plenárias alegando falta de segurança e reunião de representantes do grupo com o governador Renato Casagrande (PSB).

Depois de apresentada a pauta, eles retornaram à sala ocupada pelos demais manifestantes e se reuniram para definir se deixariam o prédio.

A conciliação foi retomada, mas até o fechamento desta edição ainda não havia sido concluída. Às 23h20, um grupo de cerca de 15 policiais entrou na Assembleia, mas a informação era de que apenas era para garantir a

VITOR JUBINI



“Resistência”

Enquanto a audiência de conciliação entre o juiz, deputados e manifestantes acontecia, um grupo da ocupação foi até o topo do prédio e esticou uma faixa. O vento prejudicou a fixação da faixa e o que pôde ser lido foi: “Resistência”.



Fora da Assembleia, grupo aguardava a saída dos manifestantes. Do lado de dentro, era feita a negociação



FOTOS: VITOR JUBINI

segurança na Casa.

“O juiz disse que está com toda a paciência para fazer esse processo de conciliação”, contou Vereza.

Durante a reunião, dezenas de pessoas apoiavam os manifestantes em vigília nas escadarias da Assembleia. A entrada estava bloqueada por decisão da Casa. A imprensa não teve acesso. Ontem não houve expediente no Legislativo.

Se não houver sucesso na conciliação, o juiz deve deliberar sobre a reintegração de posse. Em caso positivo, a ordem pode ser cumprida neste final de semana.

PONTE



▲ Voz do movimento

No Facebook, o #OcupaAles publicou: “Se é necessária alguma reintegração de posse, não é da #OcupaAles, mas da Terceira Ponte! Que ela volte a ser do povo capixaba!”

DECISÃO

▼ Legitimidade

“Não há dúvidas quanto à legitimidade da demandante (Assembleia)”

▼ Cautela

“Os fatos (...) requerem cautela extraordinária, uma vez que se trata de mobilização popular”

▼ Direito

“Os manifestantes encontram-se no direito de livre manifestação e, concomitantemente, impedem que o serviço público seja dispensado de forma eficiente.”

Até padre foi tentar convencer manifestantes

▄ Para acompanhar a audiência conciliatória na Assembleia, o juiz Marcelo Loureiro convidou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado, Homero Mafra, um representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos, da Defensoria Pública e o padre Kélder Brandão, da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória.

O padre chegou ao local quando o juiz já estava na Assembleia. Com pressa para entrar no prédio, limitou-se a dizer que “estava chegando para ajudar”.

O presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Gilmar Oliveira, disse que iria zelar pela integridade dos manifestantes. “Vimos para interceder pelo pessoal e para que não haja violência”.

VITOR JUBINI



Assinaturas em protesto pela web

▄ Pela internet, quando informações sobre a possível reintegração de posse começaram a circular, o grupo do #OcupaAles criou um abaixo assinado virtual. A intenção dos manifestantes era legitimar ainda mais a ação e buscar o apoio de pessoas contrárias à ocupação. Quase 1,5 mil pessoas já haviam assinado a petição pública até a noite de ontem.

Pedido de liminar

O advogado Edmar Santos compareceu à Assembleia com um pedido de liminar protocolado na Justiça. Ele quer a manutenção de posse do espaço ocupado aos manifestantes e contesta a legitimidade do pedido de reintegração feito pela Mesa Diretora.

O POVO NAS RUAS



FLASH

**Faixa pede o retorno dos deputados**

Um dos pedidos dos manifestantes que ocupam a Assembleia Legislativa é que os parlamentares, sobretudo um grupo de 15 deputados, retornem ao trabalho. Os parlamentares já faltaram a três sessões porque alegam que não há segurança na Casa. Ontem, os manifestantes penduraram uma faixa na fachada da Assembleia pedindo o retorno deles.

FOTO: Vitor Jubini

VOTAÇÃO SERÁ APERTADA

Deputados se dividem sobre texto que deve ser votado 2ª-feira

LELÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Prevista para segunda-feira, a votação do projeto de decreto legislativo que acaba com o pedágio na Terceira Ponte deve dividir o plenário da Assembleia.

Além do racha já provocado pela retirada de um grupo de 15 deputados do prédio, sob a alegação de insegurança provocada pela ocupação de manifestantes, a análise da proposta é controversa.

Após a liminar judicial que determinou a redução do preço do pedágio de R\$ 1,90 para R\$ 0,80 por 90 dias, enquanto durar uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, alguns parlamentares argu-



BERNARDO COUTINHO

Parlamentares durante sessão na Assembleia

mentam que o projeto tornou-se inócuo e que perdeu o objeto, juridicamente. Essa tese já é maioria no chamado grupo dos 15.

“A perspectiva é que o

projeto seja derrubado. Ele está eivado de inconstitucionalidades. Há pareceres das procuradorias da Assembleia e do Estado sobre isso. Além do mais, ele per-

deu o objeto porque isso está na Justiça”, afirma Glauber Coelho (PR).

Sandro Locutor (sem partido) se diz contrário ao pedágio, mas também concorda que o projeto é inconstitucional. “Tem algumas coisas que as pessoas aproveitam para surfar na onda. É populismo”, declarou Locutor.

Elcio Alvares já disse que a decisão judicial provoca a perda do objeto do decreto, assim como Janete de Sá, embora ela tenha comparecido às sessões e defenda o fim do pedágio.

O autor do projeto, Euclério Sampaio (PDT), rebate: “Meu projeto tem fundamentos diversos dos da ação de 1998 que originou

a liminar. Essa decisão, que é provisória, não interfere, só reforça que há irregularidades no contrato. Queremos o fim do pedágio”.

Treze deputados, incluindo Euclério, têm comparecido ao plenário, em que discursos a favor do projeto são comuns.

Tanto entre os 15 e os 13 no entanto, já há baixas: Luiz Durão (PDT), que estava entre os ausentes, está de licença médica, e Aparecida Denadai (PDT), que participava dos trabalhos, também passa por problemas de saúde. O resultado e a possível votação dependem de haver quórum. Para que haja votação, 16 deputados, além do presidente, devem estar presentes.

Prefeitura quer reduzir passagem

Mesmo com a proposta da prefeitura de Aracruz de redução de 10% no valor da tarifa do transporte público em Aracruz, os manifestantes que ocupam a Câmara não recuaram, e o protesto deve continuar neste fim de semana. A ocupação acontece desde a última segunda-feira e, segundo o grupo, pode durar mais de 30 dias.

O prefeito Marcelo Coelho (PDT) anunciou a possibilidade de redução da tarifa, por meio de decreto, na noite de quarta-feira. Segundo ele, as empresas concordaram em fazer “uma readequação da sua planilha tarifária, otimizando suas operações e reduzindo a sua lucratividade”.

O novo valor só começa a valer dez dias após ser aprovado em reunião do Conselho Municipal de Transporte Público, que deve ocorrer na próxima semana. Atualmente, a tarifa dentro da sede de Aracruz é de R\$ 1,70. Para alguns distritos, o preço chega a R\$ 6,25. Dessa forma, a diminuição pode chegar a mais de R\$ 0,60. (Gustavo Pereira)

Deputado defende pedágio de R\$ 0,22

O deputado Euclério Sampaio (PDT), autor do projeto para acabar com o pedágio na Terceira Ponte, vai requisitar à Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi) a planilha que levou ao cálculo do novo valor do pedágio.

A partir de hoje a tarifa será de R\$ 0,80 para car-

ros de passeio. Antes era de R\$ 1,90. “Levando em consideração os funcionários, a manutenção, o guincho, a ambulância... era para ser R\$ 0,22”, afirma o parlamentar.

“Com esse valor que colocaram dá R\$ 2 milhões por mês para a Rodosol. O que eles vão fazer com esse dinheiro? Obra é que não é”, complementou.

Trabalhos na Casa foram suspensos

Por mais uma vez durante a ocupação, os trabalhos na Assembleia Legislativa não foram realizados e não houve expediente para os servidores. A decisão da Mesa Diretora de pedir a reintegração de posse deu o indicativo de que a Casa vai esperar pela desocupação para voltar a funcionar normalmente.

No local, apenas al-

guns seguranças trabalhavam ontem durante a tarde, enquanto o prédio estava fechado.

O próximo dia útil é segunda-feira, dia que pode ter reforço policial para a sessão ordinária que pode votar o fim do pedágio. Mas, com o clima de indefinição, o expediente legislativo ainda é incerto para segunda.



Policimento reforçado em dias de manifestação